

# RAZÕES E POSSIBILIDADES INFERENCIAIS PARA ESTUDOS DE CASO\*



Flávio da Cunha Rezende<sup>†</sup>

**Resumo:** Este trabalho discute razões fortes para justificar o status inferencial dos estudos de caso na Ciência Política, de modo geral, e, em particular, na análise de Políticas Públicas. Casos podem ser justificados a partir de quatro razões: equifinalidade; heterogeneidade causal; contrafactuais; e, por fim, a análise de mecanismos/seqüências causais, que são formas de lidar com o “Problema da Complexidade”, usual na análise de Políticas Públicas. O artigo oferece uma tipologia original — o Modelo KSTC — que se volta para entender os quatro elementos constitutivos dos estudos de caso conquanto desenhos de pesquisa: a Contingência (K), Substância (S), Teoria (T) e Causação (C). A qualidade inferencial depende fortemente de como esses elementos são configurados, articulados nos desenhos de pesquisa, e tal combinação é decisiva. Na parte final, é sugerida a existência de um critério efetivo para a confecção de casos compreendidos conquanto desenhos de pesquisa.

**Palavras-chave:** estudo de caso. metodologia política. Ciência Política. Políticas Públicas. Política Comparada.

Arguments on the inferencial possibilities of case study designs

**Abstract:** This paper argues about the strong reasons for justification of Case Study designs in political science and in public policy analysis. Cases can be justified from four main reasons: equifinality, causal heterogeneity, counterfactuals, and causal mechanisms, that are different paths to cope with the “Complexity Problem” that is usual in policy analysis. Moreover, it provides an original typology — the KSTC Framework — that are build to understand how to better combine the four constitutive dimensions of a Case Study Design: Contingency (K); Substance (S); Theory (T); and Causation (C). The inferential quality depends on how these four dimensions are arranged in a case design. In the final section it is suggested that there is an effective criterion to design case studies.

**Keywords:** Case study. political methodology. Political Science. Public Policy. Comparative Politics.

## 1 INTRODUÇÃO

Conquanto subcampo disciplinar da Ciência Política, o estudo das Políticas Públicas é definido canonicamente como sendo a análise do Estado em Ação. Modelos e teorias se voltam para compreender padrões de ação relativos à

\* Publicado originalmente no livro: FERNANDES, Ivan Filipe (org.). Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

<sup>†</sup> Professor Associado IV do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. Ph.D. Cientista Político, Cornell University (EUA). Pesquisador de Produtividade do CNPQ. Coordenador do grupo de Pesquisa Epistemologia e Métodos Comparados em Ciência Política – UFPE/CNPQ.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4237-0873>

produção, gerenciamento e impactos das Políticas Públicas<sup>1</sup> em diferentes contextos e setores. Por envolver o estudo da ação, a análise de Políticas Públicas envolve complexidade<sup>2</sup>, a qual usualmente tende a ser compreendida a partir de análises centradas em estudos de caso(s).

Para esse campo disciplinar, importa saber se os estudos de caso continuam a ter relevância no contexto de uma ciência política progressivamente orientada pela geração de inferência causal, seja pela via observacional ou experimental<sup>3</sup>. Em caso positivo, os analistas de Políticas Públicas devem pensar mais seriamente sobre os estudos de caso e lançar luzes sobre como seria possível construí-los de forma a gerar maiores chances de produzir elevada qualidade inferencial e boas identificações causais<sup>4</sup>.

O esforço analítico empreendido neste capítulo se debruça sobre quatro questões fundamentais: (A) compreender o status científico dos estudos de caso numa ciência política orientada por inferência causal; (B) identificar as razões fortes para justificar tais desenhos de pesquisa; (C) como devemos compreender os desenhos de pesquisa centrados em casos; e (D) existem critérios para que se possa gerar melhores estudos de caso. Lastreado em uma compreensão de argumentos seminais nos debates da metodologia em Ciência Política, o argumento desenvolvido no capítulo é que existe resposta positiva para as quatro questões, e os estudos de caso continuam a desempenhar papel crucial na análise de Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Mais modernamente, esse campo de estudos vem sendo progressivamente inserido nos debates mais amplos sobre governança, ampliando o escopo de análise para as complexas interações e arranjos institucionais que se organizam entre Estado, sociedade e mercados.

<sup>2</sup> As explicações e inferência causais são fortemente influenciadas pelo problema da complexidade causal. Conceitualmente, a complexidade deriva do importante fato de que as causas de um dado fenômeno estudado são múltiplas, variam fortemente em função do contexto, das condições e das periodizações envolvidas. Complexidade é aqui utilizada para se referir aos efeitos contingência, agência, instituições e condições contextuais numa análise causal.

<sup>3</sup> Como afirma Rezende (2017), a Ciência Política vem passando por um processo de ajuste inferencial ao longo das duas últimas décadas, sendo fortemente orientada para gerar desenhos de pesquisa que possam permitir maior qualidade inferencial e identificação causal.

<sup>4</sup> Como afirmam Angrist e Pischke (2009), o conceito de identificação causal é decisivo na ciência social empírica. Identificação causal se refere à possibilidade efetiva de saber se, numa dada análise, as causas supostas pela teoria (ou modelo) geram os efeitos estudados. Gerar identificações críveis e limpas passa a ser o centro de gravidade da economia e Ciência Política contemporânea. Esse conceito lastreou o *Empirical Integrated Theoretical Model* (EITM), paradigma que vem norteando a revolução de credibilidade para o caso particular da Ciência Política.

Na primeira parte deste capítulo, são delineadas as razões fortes que explicam o pluralismo de ideias relativas à justificativa dos estudos de caso conquanto alternativas de desenhos de pesquisa. O argumento oferecido é o de que casos representam possibilidades disponíveis para lidar com a complexidade.

Na segunda seção, é elaborada uma tipologia original que se volta para entender os quatro elementos constitutivos dos estudos de caso conquanto desenhos de pesquisa: a contingência, substância, teoria e causalção. A análise tipológica sugere que a qualidade inferencial depende fortemente de como esses elementos são configurados, articulados nos desenhos de pesquisa, e tal combinação é decisiva.

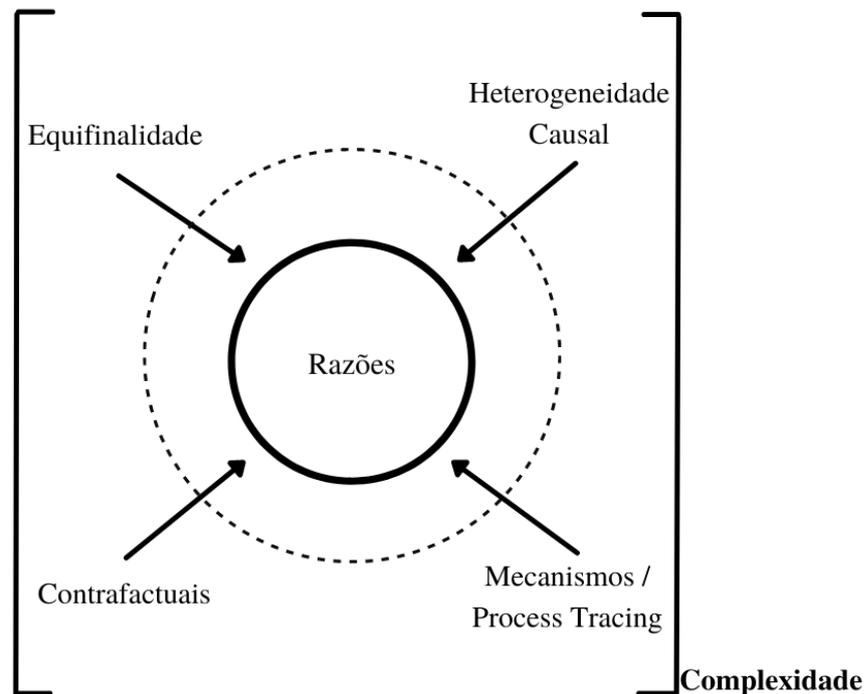
A terceira seção se volta para apresentar a existência de um critério efetivo para a confecção de casos compreendidos conquanto desenhos de pesquisa. O êxito de um estudo de caso reside no conceito-chave de calibragem de um desenho de pesquisa, e são examinadas as implicações efetivas para a análise de Políticas Públicas. Por fim, são oferecidas as considerações finais do capítulo e lançadas algumas implicações mais gerais para o campo de pesquisa.

## 2 RAZÕES E ARGUMENTOS PARA ESTUDOS DE CASO

Nesta seção apresentamos alguns dos principais argumentos que justificam o emprego e a validade desses desenhos de pesquisa na produção de inferências críveis a partir de casos. *Por que deveríamos continuar a produzir estudos de caso na análise de Políticas Públicas?* Desenvolvemos aqui o argumento de que o papel dos estudos de caso adquire centralidade e poder inferencial na análise de Políticas Públicas em virtude das possíveis formas de lidar com a complexidade causal usualmente envolvida nos estudos do Estado em ação.

Conforme apresentado no Gráfico 1, os estudos de caso continuam a ser utilizados na análise de Políticas Públicas, e na Ciência Política mais amplamente, a partir de 04 (quatro) razões articuladas, que são decisivas: equifinalidade; heterogeneidade causal; contrafactuais; e, por fim, a análise de mecanismos/sequências causais, que são formas de lidar com o “Problema da Complexidade”.

GRÁFICO 1 Razões fundamentais para estudos de caso



Fonte: Elaborado pelo autor.

## 2.1 *Equifinalidade*

A noção de equifinalidade foi originalmente produzida na Teoria dos Sistemas para compreender sistemas abertos. O princípio da equifinalidade sustenta a ideia básica de que, nesses sistemas, efeitos ou resultados podem ser causalmente gerados por diferentes caminhos potenciais. A principal implicação desse princípio para a análise de Políticas Públicas (e para a ciência social mais amplamente) é a suposição forte de que muito frequentemente *“as mesmas causas X tendem a não produzir os mesmos efeitos Y”*.

Quando expressa pela equifinalidade, a complexidade causal termina por aumentar a demanda por geração de modelos que dependem progressivamente de casos, que geram inferências causais contingentes. Com efeito, o contexto e as condições em que um conjunto de causas se articula e gera os fenômenos de interesse para a análise passam a ser elementos cruciais para que se possam explicar e interpretar as múltiplas trajetórias causais.

A produção de inferências contingentes está em alinhamento com a noção de teorias tipológicas originalmente proposta por George e Bennett (2005), sendo que é possível, através de casos, compreender como e em que condições um dado conjunto de variáveis independentes se “configuram” para a produção de determinados fenômenos e resultados de interesse. Casos continuam a ser decisivos para a geração inferencial, e não o contrário.

## 2.2 *Heterogeneidade causal*

Outra razão usualmente encontrada para justificar o emprego de casos na análise de Políticas Públicas é a condição de heterogeneidade causal. Em termos simples, essa é definida como sendo o fato de que uma dada relação causal do tipo  $X \rightarrow Y$  tende a variar e gerar efeitos diferenciados com a inclusão de novos casos. Causação usualmente é inelástica à expansão dos casos e ampliação do contexto. Essa característica termina por minar a validade geral das teorias e modelos que “viajam livremente” por diversos casos e dar margem a análises mais particularizadas com poucos casos e sensíveis ao contexto. Compreender causação em condições contextuais significa muito para a análise de Políticas Públicas e tem aberto espaço para a introdução de uma ampla gama de desenhos de pesquisa na tradição qualitativa.

O problema da heterogeneidade causal afeta diretamente o processo de seleção dos casos. Mahoney (2007) sugere que casos devem conter um elevado grau de similaridade conceitual e causal para que possam ser efetivamente comparados. Nesse sentido, não se pode garantir que as conexões causais sugeridas pela teoria *se mantenham* quando novos casos são incluídos na análise. Para que se possa compreender causação nessa condição considera-se que os estudos de caso são opções mais críveis para gerar inferências causais. Inferências com poucos casos são mais recomendáveis nessa condição.

Esse tipo de justificativa faz com que tanto os experimentos quanto as análises qualitativas terminem por recorrer aos casos. As premissas de homogeneidade causal<sup>5</sup> e conceitual são, portanto, requisitos fundamentais para que

---

<sup>5</sup> A geração de inferências causais a partir de experimentos ou quasi-experimentos – que envolvem comparação de contrafactuais a partir de casos – depende fortemente da aderência ao princípio da homogeneidade das unidades de análise (*Unity Homogeneity*). King, Keohane e Verba (1994, p. 91) consideram que, para superar o problema fundamental de inferência com comparação contrafactual e gerar inferências críveis, faz-se necessário que duas unidades

os desenhos de pesquisa centrados em casos possam ser capazes de produzir inferências causais válidas. Para o caso particular das Políticas Públicas, a opção por poucos casos é justificada pela premissa de que a heterogeneidade causal deriva de uma relação entre uma teoria específica e uma população de casos. Escolhas teóricas específicas estabelecem o grau de heterogeneidade que o pesquisador pretende enfrentar no seu desenho de pesquisa. Estudos de caso seriam aqueles em que o pesquisador amplia as chances de reduzir substancialmente o nível de heterogeneidade causal relativo a uma teoria.

### 2.3 *Mecanismos e sequências causais*

A terceira razão frequente para o emprego de estudos de caso na análise de Políticas Públicas reside na demanda crescente por compreender mecanismos<sup>6</sup> e sequências causais (*process-tracing*) numa relação do tipo  $X \rightarrow Y$ . Importante considerar aqui elementos diferenciais entre os dois termos, dado que nem sempre uma análise de sequências causais envolve a explicação por mecanismos, e vice-versa.

Ligados diretamente à complexidade causal e aos fatores de heterogeneidade causal e equifinalidade, explicações devem envolver mecanismos e mostrar claramente como as variáveis se articulam num dado modelo causal situado num contexto<sup>7</sup>. Sem restringir a análise a casos fica difícil compreender mecanismos que efetivamente produzem causalidade. Compreender mecanismos e sequências é essencialmente mergulhar no como ocorrem de fato os fenômenos estudados.

---

de análise sejam homogêneas no que se refere à seguinte condição: *para um dado valor da variável X, os valores esperados da variável dependente Y são similares.*

<sup>6</sup> Mecanismos causais podem ser entendidos como os processos causais que produzem um dado fenômeno numa relação do tipo  $X \rightarrow Y$ . As explicações por mecanismos situam-se na teoria realista da causalidade (consideram a causalidade como mecanismos em contraposição às teorias humanas que consideram causalidade como regularidades). A explicação por mecanismos sugere uma hipótese sobre como um conjunto de causas se articula para a ocorrência de um dado fenômeno.

<sup>7</sup> De forma mais ampla, as principais críticas à análise por mecanismos e sequências causais (*process-tracing*) recaem sobre as questões relativas à indeterminação e a sua ampliação do chamado viés subjetivo, diante da suposição da pluralidade de mecanismos causais existentes entre duas variáveis X e Y. A crítica se situa no fato que o pesquisador usualmente tende a selecionar mecanismos específicos de seu interesse, introduzindo ou imputando relações causais.

Estudos de caso são extremamente relevantes como desenhos de pesquisa que possibilitam as chances de melhor identificação dos mecanismos que tornam plausíveis a conexão entre as variáveis independentes e a variável dependente suposta por teoria. Por compreender conexões causais contingentes, as explicações por mecanismos buscam penetrar de forma mais realista, menos espúria e dotadas de maior poder explicativo do que teorias gerais.

É exatamente pelo fato de se considerar a dependência do contexto combinada à coexistência de múltiplos processos causais operando sobre as mesmas variáveis, em diferentes contextos, que torna rica a necessidade de mergulhar com maior intensidade nas análises por mecanismos e sequências causais. Longe de buscar generalizações, as análises de Políticas Públicas devem estar voltadas para construir teorias de médio alcance e penetrar de forma mais cristalina nos mecanismos específicos que produzem fenômenos de interesse.

A análise de processos causais se utiliza intensivamente de estudos de caso para compreender como as causas se articulam e a partir de quais processos elas operam num determinado contexto que é decisivo para lidar com a complexidade na análise do Estado em ação.

A premissa central dessas abordagens é admitir que existe uma articulação de causas e processos causais (não necessariamente mecanismos causais) que dependem fortemente do fenômeno e do contexto a ser estudado. Controlar o contexto em função da problematização ajuda sensivelmente a entender questões de como são produzidos os fenômenos em conexão com a teoria. Os estudos de caso se prestam quando os pesquisadores estão diante de padrões altamente complexos de causação, em que se identificam consideráveis efeitos de interação entre as variáveis de interesse e em que o contexto importa decisivamente nessa variabilidade.

Um traço distintivo dessas análises é o seu poder para ampliar a reflexividade sobre a configuração de causas, identificação de mecanismos causais, bem como de permitir que se “mergulhe” no contexto para gerar explicação alternativa em relação às teorias existentes. As abordagens centradas em *process-tracing* devem ser consideradas complementares a outros métodos.

O exame comparado das conexões causais, i.e., dos processos causais intervenientes em ação, num certo contexto, mostra-se altamente variável entre casos, em vista do pressuposto da heterogeneidade causal que usualmente os pesquisadores qualitativos na Ciência Política defendem. Essa pressuposição

permite que os cientistas consigam lidar com o problema de “muitas variáveis e poucos casos”, que tradicionalmente limita a reflexão sobre o papel e a potencialidade dos estudos de caso. Isso ocorre ao admitir a variabilidade das causas (e das articulações causais supostas por teorias) entre as diferentes realidades, as inferências causais geradas a partir de análises em profundidade dos processos sequenciais de eventos e causas, para entender como se processa a articulação entre duas variáveis X e Y em uma quantidade reduzida de casos.

## 2.4 *Contrafactuais*

O último fator considerado aqui como decisivo para a justificação dos estudos de caso diante da complexidade refere-se aos contrafactuais<sup>8</sup>. Causação contrafactual é tributária da formulação original de Lewis (1973)<sup>9</sup>, que a define em relação à dependência de contrafactuais, e não de regularidades empíricas e covariâncias. A estratégia analítica recai sobre a análise de um caso “potencial similar” em que a “ausência de uma causa X conduz à ausência de um efeito Y”. A lógica contrafactual está, portanto, associada à comparação controlada de casos e se aplica bem à noção de que a inferência causal com poucos casos seja a base do método comparativo. Esse argumento é uma razão forte para a expansão dessa lógica na análise de Políticas Públicas<sup>10</sup>.

O argumento limite para tal consideração tem a ver com a crença de que “sem contrafactuais, não existe possibilidade de comparar, de gerar teorias, e

---

<sup>8</sup> Contrafactuais são definidos como situações “ideais” (mais amplamente conhecidas como *what-if* ou “resultados potenciais”) em que C causa E se: (a) C e E ocorrem simultaneamente; e (b) se C não tivesse ocorrido e tudo tivesse mantido constante, então E não teria ocorrido.

<sup>9</sup> Woodward (2005) considera que as proposições causais são dotadas de “dependência contrafactual”. Essas permitem afirmar sobre o “que teria acontecido com o efeito causal se a causa tivesse sido modificada”. Hedström e Ylikoski (2010, p. 5–54) afirmam que a maior qualidade de uma explicação é, em parte, determinada por sua habilidade de informar sobre as consequências contrafactuais, e não pelas regularidades empíricas, como nos modelos covariacionais.

<sup>10</sup> Essa tradição de pesquisa é tributária do trabalho de Paul Holland e Donald Rubin, com emprego intensivo na pesquisa empírica na economia e na estatística, bem como na Ciência Política Comparada para desenhos observacionais de pesquisa. Mais amplamente, as abordagens contrafactuais representam a base dos modelos de Neyman-Rubin, conhecidos como modelos de resultados potenciais (*potential outcomes models*). Para um tratamento mais formal da relação entre contrafactuais e inferência causal, ver o trabalho recente de Morgan e Winship (2007).

mais amplamente de gerar inferências causais válidas”. O papel dos contrafactuais é considerado decisivo para que se possa superar o conhecido Problema Fundamental da Inferência Causal: é impossível observar simultaneamente uma mesma unidade de análise nas condições de tratamento e controle.

Modelos contrafactuais desempenham papel decisivo na pesquisa observacional e contribuem para a geração de novos pressupostos, para comparar modelos e pensar de forma mais substancial sobre os processos e mecanismos causais envolvidos na produção de um dado fenômeno<sup>11</sup>. Hedström e Ylikoski, (2010, p. 54) argumentam que proposições causais informam sobre o que deveria ter ocorrido se as causas que operam sobre um dado caso fossem diferentes. Os mecanismos causais estão densamente articulados com os contrafactuais, pois permitem acessar em que condições (ou conjunto de condições) a dependência contrafactual se mantém.

Para tanto, faz-se necessário que os desenhos de pesquisa consigam gerar contrafactuais que permitam comparar casos. Na tradição experimental, baseado no conhecido modelo de Resultados Potenciais, o mecanismo-chave para que se possa comparar a partir de contrafactuais é a randomização. Experimentos são desenhos de pesquisa que visam a estimar efeitos a partir de casos, com comparações de contrafactuais. Por outro lado, nos desenhos quase-experimentais em que a randomização é imperfeita, os contrafactuais são encontrados de diversas formas, sendo as mais comuns o emparelhamento (*matching*); *propensity score*; e mais recentemente os modelos de controle sintético.

Com efeito, verifica-se que uma das tendências mais fortes na análise de Políticas Públicas na Ciência Política (e na Economia, especialmente) tem sido a expansão da lógica experimental e quase-experimental para estimação de efeitos ou impactos. Muito raramente a questão “Qual o impacto da política X?” deixa de fazer recorrência a tais lógicas de causação. Contrafactuais comparáveis têm sido essenciais para lidar com os usuais limites das pesquisas observacionais quando se tenta compreender o efeito das causas.

---

<sup>11</sup> Morgan e Winship (2007) consideram que os contrafactuais constituem a base da chamada pesquisa “quasi-experimental”, que tem sido o núcleo dominante dos modelos de estimação econométrica de efeitos causais e se configuram como importantes referenciais para a construção de desenhos de pesquisa observacional e experimental na ciência empírica moderna. Esses modelos possuem grande impacto sobre a Ciência Política Comparada.

Fearon (1991, p. 169) considera que os modelos contrafactuais representam importantes elementos para pensar causalção na Ciência Política, especialmente em desenhos de pesquisa do tipo *small-n*, situação em que os cientistas podem testar suas hipóteses em condições mais controladas “como se fossem experimentos”<sup>12</sup>. A análise contrafactual e o método comparativo de casos representam para ele duas estratégias básicas para testar uma proposição causal diante do problema fundamental da inferência causal. No primeiro caso, os pesquisadores recorrem a um modelo em que imaginam o que teria ocorrido num caso em que uma dada causa X (ou conjunto de causas) estivesse ausente. A segunda estratégia estaria ligada a buscar outros casos “semelhantes” em que a causa não ocorresse (ou tivesse um valor diferente).

Por outro lado, na tradição qualitativa de pesquisa, quando o foco incide sobre entender as causas dos efeitos (MAHONEY; TERRIE, 2008; GOERTZ; MAHONEY, 2012), verifica-se a produção de vários desenhos de pesquisa que vêm buscando ampliar a reflexividade sobre contrafactuais a partir da noção de causalção condicional originalmente formulada por Mackie (1965).

O pressuposto básico é de que, para que se possa entender como determinadas causas operam e geram os fenômenos em dadas condições contextuais, faz-se necessário encontrar relações de necessidade, suficiência ou combinação tais como INUS e SUIN. Uma das mais consolidadas tradições nessa perspectiva tem sido a expansão dos Modelos Configuracionais (*Set-Theoretical Methods*), em suas variantes (SCHNEIDER; WAGEMAN, 2012; RAGIN, 1989, 2000), em que se busca acessar a causalção complexa.

Para esses modelos, a complexidade causal é derivada da combinação de equifinalidade, causalção contextual e causalção assimétrica (SCHNEIDER; WAGEMAN, 2012, p. 89). Comparar fenômenos similares em contextos diversos permite acessar as diferentes formas que produzem os mesmos, como os contextos importam, e garantir que as supostas causas gerem os efeitos esperados pela teoria. Alternativas como QCA (*Qualitative Configurational Analysis*) e *Fuzzy Sets* têm encontrado maior latitude na produção de Políticas Públicas.

---

<sup>12</sup> Fearon (1991) se questiona acerca do que viria a ser a plausibilidade de um argumento contrafactual. Para tanto, ele considera que a maior aderência aos fatos e às teorias (que ele chama de *cotenability*) faz com que um dado argumento baseado em contrafactuais possua maior grau de inferência causal. Os modelos comparativos devem estar “atentos” ao importante fato de aderência dos argumentos contrafactuais que são utilizados para gerar inferências.

### 3 ESTUDOS DE CASO

Na seção anterior foram apresentadas quatro razões fundamentais para justificar o uso de estudos de caso na análise de Políticas Públicas, numa Ciência Política orientada por inferência causal. A principal conclusão é que existem razões que estão associadas diretamente à forma de lidar com complexidade. Nesta seção, buscamos compreender mais de perto, a partir de uma tipologia original, os elementos constitutivos fundamentais de um estudo de caso. De forma mais ampla, procura-se responder à importante questão “o que é um estudo de caso?”.

Como qualquer outro conceito em ciência social, o conceito de estudo de caso é altamente variável entre diversos autores canônicos no tema. Todavia, a despeito dessa heterogeneidade conceitual, quando examinados comparativamente, observa-se a existência de elementos comuns nessas definições. Casos sempre são conectados a demandas por “especificidade, condições limites, contornos, profundidade, limitações, restrições”, atributos que são aqui *deliberadamente reduzidos* à noção de *particulares*. O ponto de partida da tipologia proposta é a relação entre casos e particulares. Todavia é muito importante pensar *sobre de quais particulares precisamos para elaborar um estudo de caso de maior qualidade inferencial na análise de Políticas Públicas ou em qualquer campo que se considere*.

Na minha compreensão, estudos de caso seriam, portanto, desenhos de pesquisa em que existe uma clara demanda por particulares<sup>13</sup>. A tipologia proposta nesta seção parte do pressuposto de que os diversos tipos de estudo de caso estão diretamente associados aos tipos de particulares na elaboração da análise. Particulares estão diretamente ligados à combinação de elementos fundamentais para a produção do conhecimento, e não ocorrem de forma aleatória.

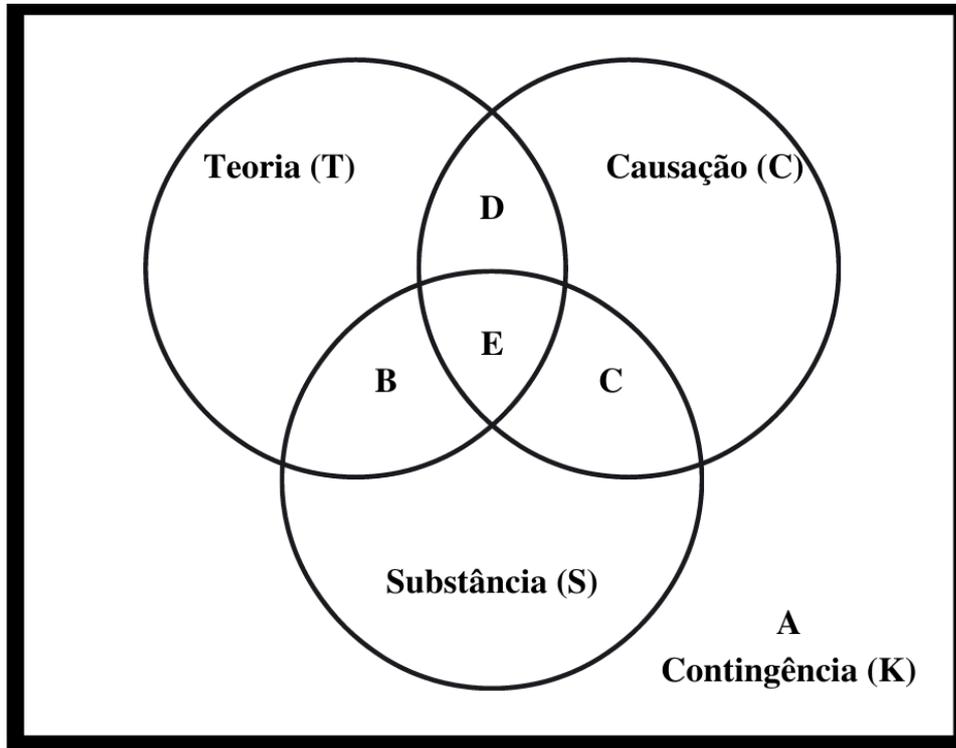
Conforme apresentado graficamente no diagrama de Venn, a seguir, o modelo proposto sugere haver quatro dimensões fundamentais dos particulares

---

<sup>13</sup> Importante considerar que estudos de caso não se reduzem a estudos de observações singulares, ou mesmo estudos de um único país (*single-country studies*), como é típico em Política Comparada. Para uma compreensão mais amplificada sobre o “retorno dos estudos de países únicos”, ver a análise sistemática da produção desses desenhos de pesquisa de Pepinsky (2019).

que se combinam de um estudo de caso: Contingência (K); Substância (S); Teoria (T); e Causação (C). A depender do tipo de combinação que se considere, haverá uma maior chance de gerar qualidade inferencial elevada.

GRÁFICO 2 Tipologia KSTC para estudo de caso



Fonte: Elaborado pelo autor.

A área cinza “A” é considerada como Contingência (K), que é o elemento necessário para qualquer estudo de caso (em suas variantes), e representa a base da análise de Políticas Públicas. Mas ela não é suficiente para que se possa confiar nesses desenhos do ponto de vista da qualidade inferencial<sup>14</sup>. Como são tipicamente reconhecidos, os estudos de caso são tradicionalmente criticados por serem grande fonte de viés e de problemas inferenciais. Consideramos aqui tal crença como equivocada e argumentamos que, quando bem construídos, esses desenhos de pesquisa podem sim gerar boa inferência. Não à toa, um dos mais importantes paradoxos contemporâneos reside no fato de que os estudos

<sup>14</sup> A crítica tradicional aos estudos de caso como desenhos de pesquisa foi formulada originalmente por Campbell e Stanley, nos anos 60, e reside na confiabilidade desses para gerar inferências críveis.

de caso, a despeito de toda a crítica, continuam a ser fonte potente em que são geradas contribuições decisivas para a produção em Políticas Públicas.

A análise de Políticas Públicas é carregada de contingências — espaciais, temporais, de políticas, programas, organizações, governos, e.g. — que oferecem sérios riscos inferenciais. Consideramos que, quanto menor a consciência do pesquisador sobre as outras dimensões, maior a tendência de que um dado estudo de caso seja minado pela “Armadilha da Contingência” e recaia na área A do Diagrama<sup>15</sup>. Esse “erro” tem sido muito frequente em estudos que concentram energia analítica no objeto de pesquisa sem maior atenção a outros elementos cruciais.

A Substância (S) refere-se ao conjunto de problemas/questões de pesquisa considerados relevantes para um campo do conhecimento no tempo. Esquemáticamente, na região S estaria situado um amplo espectro de problemas considerados relevantes para a comunidade científica que o pesquisador deve ter conhecimento para construir seu estudo de caso. Compreender o espectro de problemas relevantes a serem pesquisados contribui decisivamente para a qualidade de um Estudo de Caso.

Por sua vez, a Teoria (T) contempla o amplo estoque de opções/possibilidades teóricas disponíveis para que se construam explicações relevantes ao problema proposto na análise. Por fim, a Causação (C) informa sobre a lógica inferencial mobilizada<sup>16</sup>. A combinação da contingência (K) às demais dimensões (T; S, e C) permite visualizar a complexa tessitura dos estudos de caso.

Essa diversidade pode ser entendida na tipologia proposta nas regiões “A”; “B”; “C”; “D” e “E”<sup>17</sup>. Comentaremos, de forma simplificada, o que cada um

---

<sup>15</sup> Em estudos em que a análise tende a se concentrar intensivamente em detalhes de contingência, no melhor dos casos, pode-se produzir descrições densas de uma dada realidade.

<sup>16</sup> Podemos entender, de forma mais ampla, em sintonia com Brady (2008), que existem quatro grandes lógicas de causação na ciência social: covariacional, contrafactual, experimental e mecanismos. Por outro lado, como afirmam Goertz e Mahoney (2012), existem duas grandes culturas analíticas: a que se volta para estimar o efeito das causas; e a outra que se volta para entender as causas dos efeitos.

<sup>17</sup> Consideramos aqui que as análises exclusivamente restritas à Contingência-Substância, Contingência-Teoria e Contingência-Causação corresponderiam a mapeamentos ou revisões sistemáticas da literatura. Por exemplo, um estudo centrado em Contingência-Teoria examinaria como as diversas possibilidades de aplicação de uma teoria ou modelo para a análise de uma dimensão contingente pode ser relevante para a análise de Políticas Públicas.

dos tipos representa para a análise de Políticas Públicas e suas implicações para a qualidade inferencial (QI), conforme apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1 Estudos de caso — tipos básicos essenciais

Tipo	Contingência (K)	Substância (S)	Teoria (T)	Causação (C)	Qualidade Inferencial (QI)
A	*				Reduzida
B	*	*	*		Baixa
C	*	*		*	Moderada
D	*		*	*	Alta
E	*	*	*	*	Máxima

Fonte: Elaborado pelo autor.

Estudos situados na região “A”, conforme comentado anteriormente, encontram valor analítico apenas para compreender a contingência a partir de casos ou de comparações de casos. Esses desenhos de pesquisa, por conterem pouca conexão com as outras três dimensões, podem, quando bem construídos, gerar descrições ou narrativas densas.

É uma região muito atrativa para os que não compreendem outras dimensões da complexidade envolvidas nos estudos de caso. A “Armadilha da Contingência” faz com que esse tipo de análise se volte para compreender detalhes e contextos organizacionais, institucionais, históricos, e.g., deixando de lado outros componentes decisivos para a qualidade inferencial. É fonte usual dos problemas.

Na região “B” contempla-se a conexão entre Contingência-Teoria-Substância, que é típica de estudos e análises que se voltam para oferecer explicações a um dado problema relevante ao campo de conhecimento ou para comparar/desenvolver/testar teorias<sup>18</sup> a partir de casos sem maiores preocupações inferenciais. O poder analítico desses estudos recai sobre a tentativa de compreender o grau de “aderência” ou mesmo do escopo, variabilidade e limites de aplicações de teorias e modelos a problematizações relevantes num campo de pesquisa.

<sup>18</sup> O livro seminal de George e Bennett (2007) oferece uma boa compreensão dos Estudos de Caso como alternativas para o desenvolvimento e teste de teorias na Ciência Política. Por outro lado, o uso de *process-tracing* para testes de teorias foi originalmente proposto por Mahoney (2012), onde são apresentadas alternativas conhecidas como *hoop*, *smoking gun*, *straw in the wind tests*.

Analisando o caso das Reformas Administrativas Gerenciais, Rezende (2004) oferece uma explicação para o problema da falha sequencial, desvendando o mecanismo causal do dilema do controle, a partir do caso brasileiro do MARE. Nessa categoria também se inserem estudos sobre inovação, difusão e implementação de Políticas Públicas que utilizam um conhecido modelo (Hélice Tripla, ou IAD Framework, e.g) para explicar um ou mais casos.

Na região “C” estão situados estudos de caso que mobilizam a tríade Contingência- Substância-Causação, típica de análises que se voltam para estimar efeitos causais por intermédio de abordagens experimentais e quase-experimentais. A lógica de causação mobilizada é experimental e depende de um desenho de pesquisa que permita comparar contrafactuais de forma adequada para gerar identificação causal diante do Problema Fundamental da Inferência.

Esse tipo de abordagem é essencial para gerar inferências críveis sobre o efeito da variável X sobre a Y e usualmente oferece boas chances para promover elevada qualidade inferencial. Nesses desenhos, compreende-se que o problema de pesquisa é claramente definido em termos de identificação causal, e o mais importante é que existe uma ênfase clara na busca de compreender se as causas supostas por teoria efetivamente geram os efeitos esperados. Por se concentrarem usualmente em contextos específicos — de um problema, de uma política ou outros —, estudos experimentais tendem a ser dotados de pouca validade externa, sendo necessário gerar replicações para ampliar sua capacidade inferencial. Replicação dos desenhos de pesquisa passa a ser a chave para gerar boa qualidade inferencial.

Na região “D” podem ser gerados estudos que contemplam Contingência-Teoria-Causação. Nessa linhagem estão situados estudos na tradição dos métodos configuracionais ou mesmo análise de processos causais que têm encontrado ampla latitude na produção das Políticas Públicas.

Nesses tipos de análise, claramente é mobilizada uma lógica causação reversa, i.e., centrada nas causas dos efeitos, ou seja, como causas geram efeitos em dadas condições contextuais. O centro de gravidade desses estudos de caso reside num diálogo contínuo entre teoria e evidência contingente para acessar causação<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> A Análise Qualitativa Configuracional (QCA) desenvolvida por Ragin representa o modelo canônico desse tipo de análise. A obra de sistematização mais relevante na contemporaneidade é o trabalho de Schneider e Wagemann (2012).

A necessidade de penetrar no contexto — espacial, temporal, organizacional, gerencial, institucional —, para gerar evidências, a partir de um dado diálogo com os modelos teóricos disponíveis, amplia as chances para que se possa compreender as condições de produção de um dado fenômeno, dos mecanismos ou de sequências causais e gerar inferências causais diante da complexidade causal típica dessas situações. O foco aqui não está em identificações claras, como na região C, mas sim em causação condicional e complexa.

Os estudos de caso passam a ganhar qualidade inferencial e relevância analítica quando integram a contingência “A” a elementos relativos às dimensões Teoria, Causação e Substância. De forma ideal, a região “E”, situada no centro do Diagrama de Venn, representaria a máxima Qualidade Inferencial, uma vez que todos os elementos — contingência, problematização relevante, modelo teórico adequado para o tratamento do problema e uma lógica de causação — conferem poder analítico.

Consideramos aqui que esses estudos de caso, por diferentes caminhos e estratégias analíticas e inferenciais, conseguem atingir a região “E” de máxima qualidade inferencial e se tornam exitosos. Não é o caso, a quantidade de casos ou mesmo a contingência que os tornam exitosos, mas sim a *complexa engrenagem* entre os elementos tipológicos mencionados.

Com efeito, pode-se entender quais as razões do sucesso de estudos seminais num dado campo do conhecimento. Citaremos dois deles aqui por razões de espaço: (a) o trabalho seminal de Putnam, *Making Democracy Work*<sup>20</sup>, publicado em 1993 e que se tornou uma das mais citadas referências da Ciência Política contemporânea; e (b) contribuição altamente citada de Fernanda Brollo e Tommaso Nannicini no artigo “*Tying your enemy’s hands in close races: the politics of federal transfers in Brazil*”<sup>21</sup>, publicado em 2012 na *American Political Science Review*, um dos mais prestigiosos periódicos acadêmicos na Ciência Política.

---

<sup>20</sup> O impacto dessa obra pode ser visto a partir das citações recebidas no Web of Science (WOS) e no Google Scholar: 10.271 citações no Web of Science (WOS), correspondendo a 366,8 citações por ano; 53.553 citações, equivalentes a 1.913 citações anuais no Google Scholar.

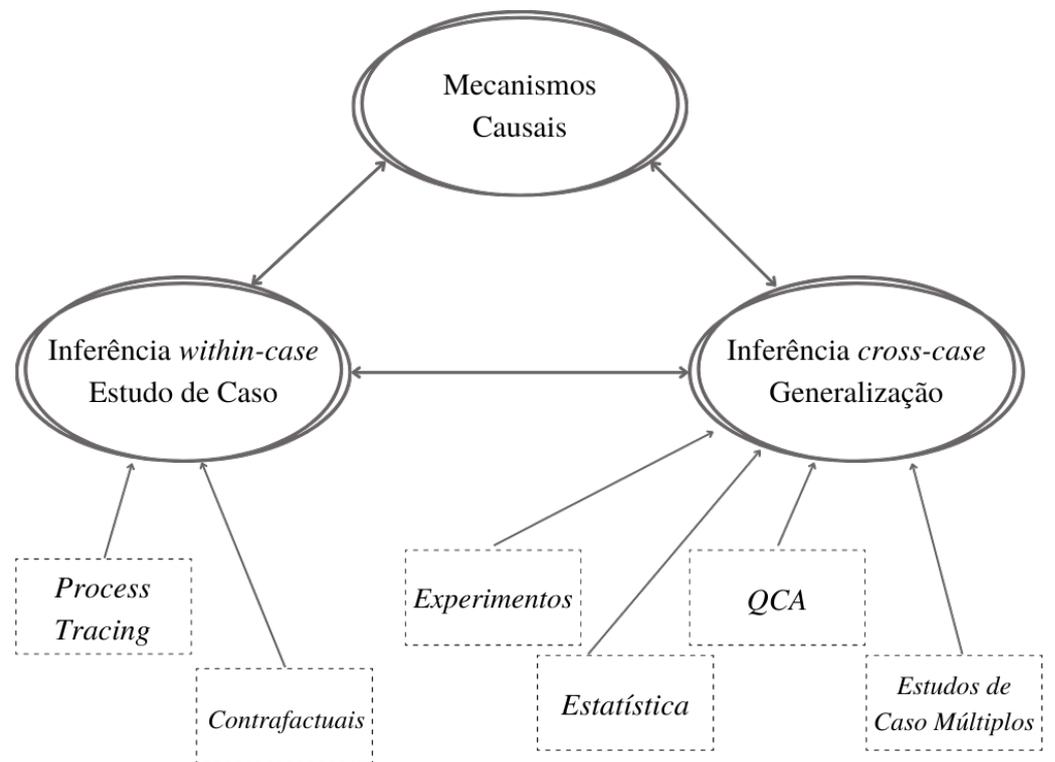
<sup>21</sup> Para o artigo de Brollo e Nannicini, o WOS registra 118 citações, equivalentes à logo 13,1 citações por ano, e, no Google Scholar, o valor atinge a marca de 483 citações, o que corresponde à marca de 53,7 citações por ano.

O êxito da contribuição seminal de Putnam (1993) deriva em grande parte da conexão da contingência da descentralização dos governos centrais para regionais na Itália, a partir dos anos 70, com um problema relevante: *o papel da cultura no comportamento das instituições governamentais* que preocupava autores clássicos como Weber e Tocqueville. O autor formula uma perspectiva original sobre a conexão causal entre Capital Social e Desempenho Institucional para governos locais italianos e representou uma das maiores contribuições ao conhecimento inferencial na Ciência Política, sendo expandido para outros campos correlatos. O que menos importa no caso de Putnam é a dimensão espaço-temporal, ou mesmo o contexto italiano, mas a latitude inferencial de seu estudo.

Nessa perspectiva também é possível explicar o considerável impacto da análise de Brollo e Nannicini (2012) sobre os programas condicionados de renda no Brasil — uma das mais importantes áreas de políticas sociais na contemporaneidade — a partir de um desenho de pesquisa quase-experimental envolvendo regressões descontínuas. Os autores penetram na contingência da governança federativa brasileira para entender como os fatores políticos contribuem para explicar a distribuição das transferências federais para governos municipais num contexto de competição política (*Close Race Elections*). A conexão da contingência, do problema, da teoria e da estratégia quase-experimental do trabalho é que tornou o caso altamente citado na literatura internacional. O Brasil ou a política pública em pauta são os fatores de menor relevância para o êxito desses trabalhos.

Com o exposto, cai por terra a noção de que casos não podem gerar qualidade inferencial. Por serem desenhos de pesquisa e envolverem escolhas e compromissos analíticos com Contingência, Substância, Teoria e Causação, a realidade de um dado campo do conhecimento possui um pluralismo inferencial (REZENDE, 2017), o que corresponde, no limite, à coexistência de uma ampla diversidade de tipos de estudos de caso, conforme pode-se observar no Gráfico 3 abaixo. Para o caso das Políticas Públicas, conforme mostrado anteriormente, importa decisivamente a consciência desse complexo mosaico.

GRÁFICO 3 Diversidade de desenhos de pesquisa centrados em casos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Estudos de caso variam profundamente em função de como tais elementos KSTC são combinados para lidar com a complexidade em cada problema de pesquisa. A qualidade inferencial está diretamente ligada a como tais elementos são estruturados num desenho de pesquisa. Essa característica permite explicar por que alguns estudos de caso são exitosos e outros não. Ter a consciência dessas combinações é decisivo numa análise de Políticas Públicas centradas em casos.

#### 4 CONSTRUINDO DESENHOS DE CASO

A tipologia proposta na seção anterior sugere haver diversas possibilidades de ocorrência de estudos de caso nas análises de Políticas Públicas. Casos se prestam a gerar inferências de qualidade variável a depender de como se articulam as quatro dimensões de Contingência (K), Substância (S), Teoria (T)

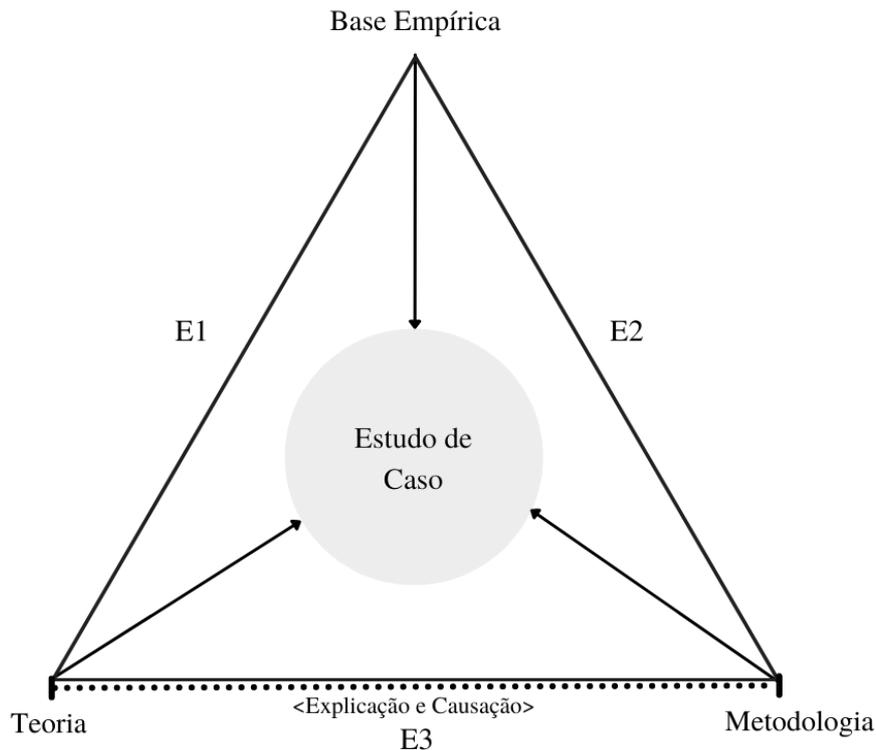
e Causação. Isso explica por que alguns casos se tornam clássicos, exemplares e de grande poder de influência na produção do conhecimento, e outros não.

Como construir desenhos de pesquisa centrados em casos diante de uma considerável gama de possibilidades disponíveis? Existe um critério ótimo, desejável, adequado para que se possa alcançar estudos de caso com maiores chances de atingir a região de máxima Qualidade Inferencial? Se existe, como podemos defini-lo? A resposta para tal questão é positiva, e tal critério encontra âncora na ideia de Calibragem de um desenho de pesquisa.

O ponto de partida para o estabelecimento de um critério é o de compreender que estudos de caso representam Desenhos e Pesquisa, e nesse sentido devem ser entendidos como constructos que tornam possível gerar inferências causais críveis. Com efeito, eles adquirem sentido analítico mais denso, pois mobilizam escolhas conceituais, teóricas, metodológicas e de problematizações relevantes para a análise. Longe de ser um conceito mecânico, uma regra ou técnica formal, Desenhos de Pesquisa representam arranjos complexos de decisão numa dada pesquisa que se considere. A Qualidade Inferencial está diretamente associada ao Desenho de Pesquisa. Todavia como entender Desenhos de Pesquisa?

Partindo do argumento de que os desenhos de pesquisa são fundamentais para a qualidade inferencial, “estudar” os desenhos de pesquisa se constitui numa das tarefas centrais da Ciência Política, e, por extensão, da análise de Políticas Públicas. Conforme proposto por Rezende (2015), os Desenhos de Pesquisa devem ser estudados empiricamente. Esses podem ser compreendidos como Engrenagens Analíticas que integram três dimensões: Teoria, Metodologia e Base Empírica, tal como apresentados no Gráfico 4 abaixo.

GRÁFICO 4 Modelos de engrenagens analíticas (MEA)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como qualquer outro desenho de pesquisa que almeja qualidade inferencial, estudos de caso têm como base a importante conexão entre Teoria e Metodologia, tal qual representado pela linha pontilhada E3. Nesse sentido, a construção de um estudo de caso — experimental ou observacional — deve ter, em primeiro plano, duas dimensões decisivas para gerar qualidade inferencial: a lógica de explicação e de causalção, que são distintas entre si.

As lógicas de Explicação e de Causalção são elementos que contêm importantes diferenciações conceituais. A explicação está intrinsecamente ligada às teorias e aos modelos disponíveis que melhor se adequam ao problema de pesquisa e ao tipo de análise que se pretende gerar para compreender causalmente um fenômeno. Por outro lado, a lógica de causalção se associa às dimensões mais metodológicas e expressa compromissos claros com o tipo de causalção<sup>22</sup>:

<sup>22</sup> De acordo com Brady (2008), essas se organizam em quatro formas básicas: covariação, mecanismos, experimentos e contrafactuais.

probabilística, complexa, conjuntural, condicional, e.g., que informam mais de-tidamente como vão ser geradas as inferências. Lógicas de causação permitem informar também qual a orientação básica da pesquisa em termos de causação direta ou reversa, conforme mencionado nas seções anteriores.

A engrenagem E3 é a base de qualquer estudo de caso, e, nesse sentido, casos devem contemplar a conexão adequada entre problemas de pesquisa, escolhas teóricas e qual a causação desejável. Casos que respeitam tal engrenagem têm maiores chances de sucesso do que aqueles que a desconsideram. Compreender que os estudos de caso estão acoplados a lógicas de explicação e causação se faz necessário, porém é preciso que se avance na direção da importante questão de “o que é um estudo de caso”<sup>23</sup>, para diferenciá-lo de outras abordagens. Muitos dos problemas associados a esses desenhos de pesquisa derivam dos descompassos cometidos por pesquisadores no tratamento adequado dessa dimensão.

Conquanto desenhos de pesquisa, casos devem também apresentar as Engrenagens Analíticas E1 e E2, que refletem a conexão entre base empírica com a Teoria e Metodologia, respectivamente. O MEA sugere que existem casos de maior qualidade e são aquelas opções que melhor integram as três dimensões e constituem esquematicamente a região cinza no centro do círculo do Gráfico 4. Casos que conseguem calibrar melhor tais dimensões exibem maiores chances de promover níveis superiores de qualidade inferencial. O conceito de Calibragem<sup>24</sup> está intrinsecamente ligado aos Desenhos de Pesquisa e faz a diferença para explicar o sucesso ou fracasso de um desenho de pesquisa experimental ou observacional.

A principal implicação da Calibragem é que, por exemplo e simplificação, dois estudos experimentais (ou quase-experimentais) E1 e E2 podem ter diferentes calibrações em função de como a lógica de causação experimental é articulada às demais dimensões. Não é o tipo de desenho que aumenta as chances de sucesso, mas sim o grau de calibragem. Em termos mais amplos, expandindo tal raciocínio para n desenhos de pesquisa (de qualquer tipo), a

---

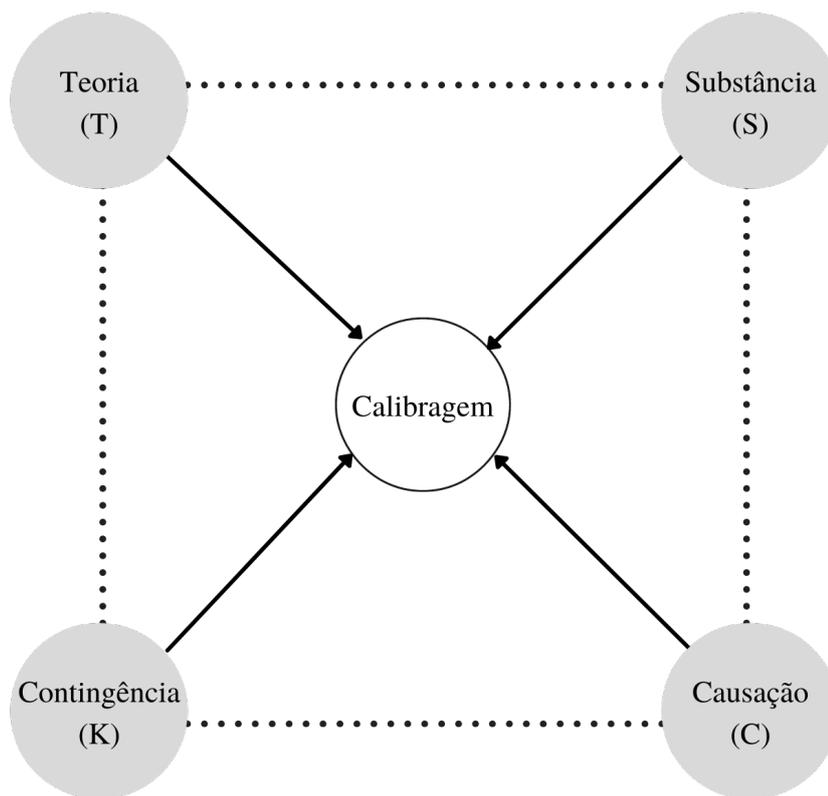
<sup>23</sup> Oferecer respostas à pergunta negativa “o que não é um caso?” também se mostra complexo e relevante. Na Ciência Política, os não casos seriam, no limite, a abordagens raras de muitos casos com teorias gerais.

<sup>24</sup> O conceito de Calibragem deve ser compreendido como um “balanço, uma dosagem adequada e compatível” entre dimensões na tipologia.

qualidade inferencial de um desenho de pesquisa que se considere é função direta da calibragem.

Como isso se aplica especificamente à confecção de estudos de caso para a análise de Políticas Públicas? Partindo da pressuposição de casos como Desenhos de Pesquisa, devemos compreender que existem diferentes possibilidades para elaborar um estudo de caso (EC) com graus variáveis de calibragem. A qualidade inferencial depende sensivelmente de como se pode realizar escolhas mais bem sucedidas para promover conexões mais adequadas e desejáveis diante de um dado problema de pesquisa. Conforme sugerido pela Tipologia KSTC, casos são desenhos de pesquisa que devem combinar quatro dimensões fundamentais, e a calibragem deve ser compreendida como um “balanço adequado das quatro dimensões”, conforme mostra o Gráfico 5 abaixo.

GRÁFICO 5 Calibragem na tipologia KSTC



Fonte: Elaborado pelo autor.

Estudos com maiores chances de auferir níveis superiores de qualidade inferencial dependem, como já mencionado, do quão bem-sucedidas são as conexões

entre tais dimensões KSTC. A calibragem não é um apenas conceito abstrato, tipológico, como se pode pensar.

A calibragem é função direta do diálogo entre teorias e evidências que o pesquisador deve ter na elaboração de um estudo de caso. Ela deve ser estudada a partir de revisões sistemáticas da literatura, consideradas aqui como procedimento analítico indispensável para confecção de um estudo de caso. As revisões sistemáticas de literatura, quando empreendidas com boa orientação em termos de procedimentos, permitem gerar a aquisição de conhecimento profundo de elementos centrais para um desenho de pesquisa.

Em primeiro lugar, vem a necessidade de ter um conhecimento relativo às problematizações/questões de pesquisa que efetivamente importam para um estudo de caso e que são necessárias para que se diferencie o que vem a ser relevante ou valioso para se pesquisar. Por outro lado, sem tal conhecimento, é muito pouco provável que se possa saber quais os problemas ainda não tratados pela literatura ou os caminhos e as agendas potenciais de pesquisa. Revisões de literatura podem auxiliar sensivelmente para encontrar um caminho frutífero na elaboração de um desenho de pesquisa centrado em casos. Considerável parte de estudos de caso na análise de Políticas Públicas (e em outros campos) tende a não ser exitoso por terem baixa aderência a problemas relevantes de pesquisa para o campo disciplinar em que se insere.

A segunda dimensão relevante é o mapeamento das teorias e modelos que são mais adequados, compatíveis ou mais mobilizados diante do problema de pesquisa que se considere. O conhecimento mais intenso e refinado sobre os autores e obras decisivas, estilos de análise e, mais importante, sobre lógicas possíveis de explicação devem ser intensamente compreendidos por pesquisadores que constroem casos. Escolhas teóricas mais calibradas dependem fortemente do conhecimento profundo que o pesquisador tem sobre as possibilidades analíticas efetivamente consideradas no campo. Sem tal conhecimento, incorre-se no erro de utilização indevida de teorias e modelos, que é crucial para minar as chances de êxito de um estudo de caso.

Conhecidas as teorias e modelos, o passo seguinte que a revisão sistemática da literatura deve buscar é conhecer os desenhos de pesquisa típicos (e suas engrenagens) que são utilizados para o tratamento de um dado problema de pesquisa. Sem tal conhecimento não é possível construir casos — experimentais ou observacionais — que possam vir a ser relevantes. Nessa dimensão é que

reside outro elemento fundamental a ser considerado nos estudos de caso: a criatividade e a originalidade. É muito comum que os pesquisadores tendam a emular, replicar ou reproduzir estudos já realizados utilizando desenhos bem-sucedidos, sem uma reflexão mais substantiva sobre: o que estou adicionando de valor para o debate em pauta?

Por fim, a revisão de literatura contribui para a calibragem, sendo que oferece a chance de produzir conhecimento sistemático profundo sobre os dados (e tipos de dados) que a comunidade disciplinar mobiliza diante de certo problema de pesquisa, bem como as estratégias de análise de dados mais exitosas (e seus limites). Casos dependem muito da qualidade dos dados (e do estoque de conhecimento produzido) e de quais possibilidades de análise sejam quantitativas, qualitativas, mistas ou de qualquer outra variante que se considere. O mapeamento das opções de quais os dados e como obtê-los (ou produzi-los) é um ingrediente considerado fundamental para a calibragem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado nas seções anteriores, a análise de Políticas Públicas depende fortemente da mobilização de estudos de caso. Existem razões fortes para que se continue utilizando esses desenhos de pesquisa num contexto de uma Ciência Política orientada por identificação e inferência causal. Casos permitem aos pesquisadores lidar mais adequadamente com os problemas analíticos gerados pela complexidade causal. Pela via experimental ou observacional, casos continuam a ter relevância e permanência na produção de Políticas Públicas.

A continuidade dos estudos de caso como opções inferenciais críveis para estimar efeitos ou para compreender como as causas produzem determinados fenômenos (através de diversos processos e mecanismos) exige que os estudiosos de Políticas Públicas ampliem suas lentes e ferramentas analíticas em torno de estratégias mais efetivas de elaborar desenhos de pesquisa centrados em casos. Devemos continuar a pensar seriamente sobre esses desenhos de pesquisa. Casos se prestam para fazer avançar o conhecimento num mundo em que os fenômenos sociais são carregados de complexidade causal. Quando bem construídos, casos podem representar lentes potentes para a produção de

conhecimento inferencial, e não o contrário. Não à toa, no contexto da Política Comparada (e da análise de Políticas Públicas), estudos observacionais e experimentais vêm adquirindo uma maior presença na produção.

A tipologia oferecida neste capítulo revela os elementos constitutivos fundamentais que um estudo de caso deve conter e como mobilizá-los para atingir níveis mais desejados de qualidade inferencial. A principal implicação é a de que casos exigem uma consciência metodológica relativa à articulação das dimensões constitutivas de Contingência, Substância, Teoria e Causação. Como combinar esses elementos de forma a ampliar seu poder e qualidade inferencial passa a ser, na compreensão deste artigo, elemento crucial para o êxito inferencial de um caso.

Existe, na realidade, uma ecologia de possibilidades em torno de estudos de caso, e esses não devem ser vistos como bem definidos e estáticos, mas sim como altamente dinâmicos, complexos e flexíveis, para que se possa ajustar diversas combinações. Casos emergem para lidar com complexidade, e eles, em si, são elementos complexos, que dependem fortemente das estratégias e escolhas dos pesquisadores na confecção de um desenho de pesquisa que se considere.

Mesmo em alternativas muito mais restritas, como experimentos ou quase-experimentos, em que os procedimentos e caminhos são muito mais estruturados em termos metodológicos, existe uma ampla variação de calibragem com elementos relacionados às outras dimensões consideradas na tipologia. Isso explica por que razões alguns estudos dessa natureza se tornam canônicos, exemplares, e outros tendem a ter citação próxima de zero. Não é o fato de ser experimental ou quase-experimental que torna um estudo de caso bem-sucedido, mas sim, como argumento aqui, é a calibragem que me parece ser um dos mais relevantes fatores.

Casos variam sensivelmente em termos de como tais elementos são calibrados, e o sucesso desses depende, em grande medida, do conhecimento que se possa auferir sobre possibilidades efetivas de combinação entre tais elementos. A chance de sucesso de um estudo de caso não é aleatória, mas, por óbvio, é como tais elementos são articulados numa dada estratégia analítica.

Quando levado ao limite, tal argumento permite destituir as críticas tradicionais de que os casos têm status científico reduzido, mediante sua menor capacidade inferencial. Não é pelo fato de serem casos que eles podem gerar

inferências de menor qualidade, mas pelo tipo de calibragem que mobilizam num dado desenho de pesquisa.

Os desenhos de pesquisa importam para a qualidade inferencial, e isso não é diferente para os estudos de caso. A consciência metodológica depende fortemente de que se estudem os desenhos de pesquisa a partir de revisões sistemáticas de literatura que lancem luzes sobre estratégias analíticas mais efetivas sobre problemas relevantes de pesquisa. Chances maiores de calibragem dependem fortemente desses empreendimentos sistemáticos. Tal questão deve ser tema recorrente na análise de Políticas Públicas, de modo que, quando não calibradas, as chances de insucesso são elevadas. Estudos de caso bem-sucedidos dependem muito das formas criativas que os pesquisadores empreendem análises.

#### REFERÊNCIAS

- ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. *Mostly harmless econometrics: an empiricist companion*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
- BENNETT, Andrew; GEORGE, Alexander L. *Case studies and theory development*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- BRADY, Henry E. Causation and explanation in Social Science. In: BOX-STEFFENSMEIER, Janet M., BRADY, Henry F.; David Collier (ed.). *The Oxford Handbook of Political Methodology*. New York: Oxford University Press, p 217–260, 2008.
- BRADY, Henry E.; COLLIER, David. *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. New York: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2004.
- BROLLO, Fernanda; NANNICINI, Tommaso. Tying your enemy's hands in close races: the politics of federal transfers in Brazil. *American Political Science Review*, v. 106, n. 4, 742–761, 2012.
- CAMPBELL, Donald T.; STANLEY, Julian C. *Experimental and quasi-experimental designs for democracy*. Chicago: Rand Mc Nally, 1966.

- ELSTER, Jon. *Nuts and bolts for the Social Sciences*. New York: Cambridge University Press, 1989.
- EPSTEIN, Lee; KING, Gary. The rules of inference. *University of Chicago Law Review*, v. XXX, n. 1, p 1–93, 2008.
- FEARON, James D. Counterfactuals and hypothesis testing in Political Science. *World Politics*, v. 43, n. 2, p 169–195, 1991.
- FLYVBJERG, Bent. Five Misunderstandings about case-study research. *Qualitative Inquiry*, v. 2, n. 2, p 216–245, 2006.
- GEEDES, Barbara. *Paradigms and sand castles: theory building and research design in comparative politics*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.
- GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. *Case studies and theory development in the Social Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2005.
- GERRING, John. What is a case study and what it is good for? *American Political Science Review*, v. 98, n. 2, p 341–354, 2004.
- GERRING, John. *Case study research: principles and practices*. New York; Cambridge: University Press, 2007.
- GSCHWEND, Thomas; SCHIMMELFENNING, Frank (ed.). *Research design in Political Science: how to practice what they preach*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- HALL, Peter. Aligning ontology and methodology in comparative politics. In: MAHONEY, James; RUESCHMEYER, Dietrich (ed.). *Comparative historical analysis in the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p 373–406.
- HEDSTROM, Peter; YILIKOSKI, Petri. Causal mechanisms in the Social Sciences. *Annual Review of Sociology*, v. 36, p 49–67, 2010.
- HEDSTRÖM, Peter; SWEDBERG, Richard. *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*. New York: Cambridge University Press, 1996.

- KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- LEWIS, David. Causation. *The Journal of Philosophy*, v. 70, n. 17, p 556–567, 1973.
- MACKIE, John L. Causes and conditions. *American Philosophical Quarterly*, v. 2, n. 4, p 245–264, 1965.
- MAHONEY, James. Qualitative methodology and comparative politics. *Comparative Political Studies*, v. 40, p 122–144, 2007.
- MAHONEY, James. After KKV: The new methodology of qualitative research. *World Politics*, v. 62, n. 1, p 120–147, 2010.
- MAHONEY, James. The logic of process-tracing tests. *Sociological methods and research*, v. 41, n. 4, p 570–597, 2012.
- MAHONEY, James; GOERTZ, Gerry. *A tale of two cultures: contrasting quantitative and qualitative research in the Social Sciences*. New Haven: Princeton University Press, 2012.
- MAHONEY, James; TERRIE, p Larkie. Comparative-historical analysis in contemporary Political Science. In: BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; BRADY, Henry F.; COLLIER, David (ed.). *The Oxford handbook of political methodology*. New York: Oxford University Press, 2008. p 737–754.
- MCKEWON, Timothy J. Case studies and the limits of the quantitative worldview. In: BRADY, Henry E.; COLLIER, David (ed.). *Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards*. New York: Roman & Littlefield Publishers, 2004. p 139–169.
- MORGAN, Stephen L.; WINSHIP, Christopher. *Counterfactuals and causal inference: methods and principles for social research*. New York: Cambridge University Press, 2007.

- MORTON, Rebecca B; WILLIAMS, Kenneth C. *Experimental Political Science and the study of causality: from nature to lab*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- MORTON, Rebecca B. *Methods and models: a guide to the empirical analysis of formal models in Political Science*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- NISSEN, Sylke. The case of case study: on the methodological discussion in comparative Political Science. *Quality and Quantity*, v. 32, p 339–418, 1998.
- PEPINSKY, Thomas B. The Return of the Single-Country Study. *Annual Review of Political Science*, v. 22, p 187–203.
- PUTNAM, Robert D. *Making democracy work: civic traditions in Modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.
- RAGIN, Charles C. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press, 1989.
- RAGIN, Charles C. *Fuzzy-set Social Science*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.
- REZENDE, Flávio da Cunha. *Por que falham as reformas administrativas?* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Desenhos de pesquisa e qualidade inferencial na Ciência Política: o modelo de engrenagens analíticas. *Revista Conexão Política*, Teresina, v. 4, n. 2, p 47–66, 2015.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Transformações na cientificidade e o ajuste inferencial na Ciência Política: argumento e evidências na produção de alto fator de impacto. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 63, p 103–138, 2017.
- RUESCHMEYER, Dietrich. *Usable theory: analytical tools for social and political research*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.

SCHNEIDER, Carsten Q.; WAGEMANN, Claudius. *Set-theoretic methods for the Social Sciences: a guide to qualitative comparative analysis*. New York: Cambridge University Press, 2012.

WOODWARD, James. *Making things happen: a theory of causal explanation*. New York: Oxford University Press, 2005.

YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine; FREITAS, Maria José. Case study research in Political Science. *In: MILLS, Albert J.; DUREPOS, Gabrielle; WIEBE, Elden. Encyclopedia of case study research*. Los Angeles: SAGE Publications, 2008. p 108–114.